

Informações financeiras intermediárias

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

31 de março de 2015
com relatório dos auditores independentes sobre a revisão das
informações financeiras intermediárias

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Informações Financeiras Intermediárias

31 de março de 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações financeiras intermediárias	1
Informações financeiras intermediárias	
Balanço patrimonial	3
Demonstração dos resultados.....	5
Demonstração dos resultados abrangentes	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Demonstração do valor adicionado	9
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias	10

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações financeiras intermediárias

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Brasília - DF

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. (“Companhia” ou “Concebra”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar, que as informações financeiras intermediárias acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, elaborada sob responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, e considerada informação suplementar para as companhias de capital fechado, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Goiânia, 30 de abril de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-DF



Wagner dos Santos Junior
Sócio – Contador CRC – 1SP216386/O-1

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Balço patrimonial
31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

	Notas	31/03/2015	31/12/2014
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	99.633	28.865
Impostos a recuperar		3.177	3.401
Adiantamentos a fornecedores		734	509
Despesas antecipadas	5	4.104	873
		107.648	33.648
Não circulante			
Despesas antecipadas	5	3.660	3.871
Adiantamento - partes relacionadas	6	47.920	4.856
Impostos a recuperar diferidos	18	663	-
Intangível	7	852.953	643.311
		905.196	652.038
Total do ativo		1.012.844	685.686

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Balanço patrimonial
31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

	Notas	31/03/2015	31/12/2014
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	472.158	-
Fornecedores	8	56.020	33.875
Salários e encargos sociais		4.175	2.676
Obrigações fiscais		4.416	2.923
Arrendamento mercantil	9	822	674
Contas a pagar – partes relacionadas		624	624
Outras obrigações	10	1.761	3.922
		<u>539.976</u>	<u>44.694</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	-	304.302
Arrendamento mercantil	9	829	1.020
Provisão para manutenção	12	77.160	61.994
Impostos e contribuições diferidos	18	4.883	3.695
		<u>82.872</u>	<u>371.011</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	13	380.000	261.000
Reserva de lucros		9.996	8.981
Total do patrimônio líquido		<u>389.996</u>	<u>269.981</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.012.844</u>	<u>685.686</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração dos resultados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto o lucro básico evidenciado por ação)

	Notas	31/03/2015	31/03/2014
Receita de construção	14	137.667	-
Custos de construção	15	(134.175)	(629)
Resultado bruto		3.492	(629)
Despesas operacionais, líquidas:			
Administrativas		(521)	(1.165)
Salários e encargos sociais		(362)	(311)
Amortização		(298)	-
Administradores	16	(390)	(380)
Total das despesas operacionais, líquidas		(1.571)	(1.856)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.921	(2.485)
Resultado financeiro:			
Receitas financeiras	17	-	4.389
Despesas financeiras	17	(382)	(964)
Total do resultado financeiro		(382)	3.425
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social		1.539	940
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(524)	-
		(524)	-
Lucro líquido do período		1.015	940
Lucro básico e diluído por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o período (em R\$)	13. b)	0,003	0,004

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2015	31/03/2014
Lucro líquido do período		1.015	940
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do período		1.015	940

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de três meses findo em 31 de março de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Adiantamentos para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido
	Subscrito	A Integralizar	Reserva de retenção de lucros	Reserva legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1	-	-	-	(1)	1	-
Subscrição de capital	379.999	(379.999)	-	-	-	-	-
Integralização de capital	-	260.999	-	-	-	-	260.999
Baixa de adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.982	-	8.982
Constituição de reserva legal	-	-	-	449	(449)	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	8.532	-	(8.532)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	380.000	(119.000)	8.532	449	-	-	269.981
Integralização de capital	-	119.000	-	-	-	-	119.000
Lucro líquido do período	-	-	-	-	1.015	-	1.015
Saldos em 31 de março de 2015	380.000	-	8.532	449	1.015	-	389.996

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	31/03/2015	31/03/2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	1.015	940
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Margem de construção	(3.492)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	524	-
Amortização	298	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	38	-
Varição nos ativos e passivos:		
Adiantamento – partes relacionadas	(43.064)	(1.766)
Impostos a recuperar	224	(82)
Despesas antecipadas	(3.020)	(2.441)
Outros valores a receber	(225)	(136)
Fornecedores	22.145	3.576
Obrigações sociais e trabalhistas	1.499	471
Obrigações fiscais	1.493	84
Outras obrigações	(2.161)	5
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(24.726)	651
Fluxos de caixa das atividades de investimento:		
Adições ao ativo intangível	(182.895)	(34.665)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(182.895)	(34.665)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Integralização de capital	119.000	260.999
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.200
Captações através de empréstimos e financiamentos	160.154	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(197)	-
Pagamento de juros e remunerações sobre empréstimos e financiamentos	(568)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	278.389	262.199
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	70.768	228.185
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	28.865	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	99.633	228.186
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	70.768	228.185

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração do valor adicionado

Período de três meses findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	31/03/2015	31/03/2014
Receitas	137.667	-
Receita de construção	137.667	-
Insumos adquiridos de terceiros	(134.175)	(1.788)
Custos de construção	(134.175)	(629)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(392)	(1.159)
Valor adicionado bruto	3.100	(1.788)
Amortização	(298)	-
Valor adicionado líquido consumido	2.802	(1.788)
Valor adicionado recebido em transferência	-	4.389
Receitas financeiras	-	4.389
Valor adicionado total a distribuir	2.802	2.601
Distribuição do valor adicionado	2.802	2.601
Pessoal	638	626
Remuneração direta	545	605
Benefícios	77	3
F.G.T.S.	16	18
Impostos, taxas e contribuições	643	71
Federais	638	65
Estaduais	-	6
Municipais	5	-
Remuneração de capitais de terceiros	506	964
Juros	382	964
Aluguéis	124	-
Outros	-	-
Lucro do período	1.015	940
Lucro do período	1.015	940

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. (“Concebra” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 30 de janeiro de 2013 através da denominação social de Diana Participações e Investimentos S.A., sendo alterada para atual “Concebra” em 07 de janeiro de 2014, através de Assembleia Geral Extraordinária. A Companhia tem por objeto a exploração, com exclusividade, sob o regime legal de concessão, do sistema rodoviário do trecho da BR 060, BR 153 e BR 262 DF/GO/MG, totalizando 1.176,50 km, sendo: 630,20 km da BR 060 e BR153, desde o entroncamento com a BR 251, no Distrito Federal, até a divisa dos estados de Minas Gerais e São Paulo, e 546,30 km da BR 262, do entroncamento com a BR 153 ao entroncamento com a BR 381, no estado de Minas Gerais e dos respectivos acessos, inclusive realizando a recuperação, manutenção, melhoramento, monitoração, conservação e operação. O prazo de duração da Companhia será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de concessão celebrado com Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, nos termos dos Edital de Concessão nº 004/2013 - com prazo fixado de 30 anos a partir de 31 de janeiro de 2014, podendo ser prorrogado em comum acordo entre a Companhia e o poder concedente, conforme condições específicas estabelecidas no contrato de concessão.

Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. Ao final da concessão a Companhia não fará jus a qualquer indenização, todos os bens da concessão ou investimentos nela realizados deverão ser integralmente depreciados ou amortizados.

A assinatura do Termo de Arrolamento dos Bens da Concessão Rodoviária foi realizada em 05 de março de 2014, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente.

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias federais, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão. Estes investimentos estão sendo financiados por empréstimos de curto e de longo prazo e aporte de capital dos acionistas. Em 21 de janeiro de 2014, a TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A., controladora da Concebra, aportou R\$261.000 para o projeto e no primeiro trimestre de 2015 aportou R\$119.000. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, com início das operações previsto para o segundo semestre de 2015.

A diretoria da Companhia autorizou a conclusão e emissão dessas informações financeiras intermediárias em 30 de abril de 2015.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis

Preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

As informações financeiras intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de março de 2015.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

2.1. Moeda funcional

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.2. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receitas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, serão registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Reconhecimento de receita--Continuação

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC 01 e OCPC 05 - Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado são mensuradas e registradas baseada no estágio de conclusão da obra realizada em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os gastos com infraestrutura da concessão são contabilizados como custo da construção na demonstração do resultado do exercício, servindo de base para a apuração da receita e é apurada a receita de construção com determinação de margem, que no caso da Companhia, como há terceirização da obra, esta foi calculada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária do concessionário e eventuais custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra.

Receitas acessórias

Corresponderão às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na demonstração de resultado da Companhia.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Em 31 de março de 2015 a Companhia não apresenta itens que requeiram registro diretamente no patrimônio líquido.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Impostos

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas por tipo de Receita	
	Pedágio	Demais
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	3,00%	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	0,65%	1,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5,00%	5,00%

As receitas serão apresentadas na demonstração de resultados pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de vendas).

A Companhia teve reconhecido seu enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, conforme Portaria MT nº 164 de 24 de abril de 2014 e do Ato Declaratório Executivo DRF/Brasília nº 67 de 25 de junho de 2014. As pessoas jurídicas beneficiárias do REIDI estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e serviços para a aplicação em obras de infraestrutura sem a incidência da Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e outros recebíveis. A Companhia classifica seus instrumentos nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

i) *Ativos financeiros*--Continuação

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita.

2.6. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia, relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

2.7. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos relacionados à concessão pública, são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

O critério definido para amortização do ativo intangível, é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Ativos intangíveis--Continuação

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.9. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para manutenção

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção, conforme descrito na nota explicativa nº 12, é registrada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Demonstração do valor adicionado

Foram elaboradas demonstrações do valor adicionado (DVA), nos termos do CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações financeiras intermediárias.

2.12. Normas, alterações e interpretações de normas

No trimestre findo em 31 de março de 2015, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas além daquelas divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, bem como não ocorreram alterações em relação aos impactos esperados e divulgados nas referidas demonstrações financeiras que possam afetar as informações financeiras intermediárias do referido período.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das informações financeiras intermediárias. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos (período remanescente do atual contrato de concessão) e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Em 31 de março de 2015 não existiam incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A existência de incerteza poderia requerer a constituição de provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações financeiras intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Disponibilidades	183	216
Aplicações financeiras	99.450	28.649
	<u>99.633</u>	<u>28.865</u>

Os recursos referem-se substancialmente a aplicações financeiras em CDB, lastreados ao rendimento do CDI, compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor. Em 31 de março de 2015, as aplicações são remuneradas a taxas que variam entre 102% a 103% do CDI.

5. Despesas antecipadas

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Gastos com apólices de seguros (i)	7.764	4.744
	<u>7.764</u>	<u>4.744</u>
Parcela do circulante	4.104	873
Parcela do não circulante	3.660	3.871

(i) Seguros contratados para riscos de engenharia, com vencimento variando entre 1 e 5 anos sendo amortizados pelo prazo da vigência do contrato.

6. Adiantamentos – partes relacionadas

A título de adiantamento, a Companhia antecipou o montante de R\$47.920 para a empresa ligada Rio Parnaíba Serviços de Operações Rodoviárias Ltda., conforme previsto em contrato assinado em 02 de janeiro de 2015, para prestação de serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho), conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) e outros serviços para a Companhia.

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Rio Parnaíba Serviços de Operações Rodoviárias Ltda.	47.920	4.856
	<u>47.920</u>	<u>4.856</u>

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Intangível

	Intangível em serviço	Intangível em andamento (ii)	Provisão para manutenção	Adiantamentos a fornecedores (i)	Total
Saldo em 31/12/2013	-	-	-	-	-
Construções/Aquisições	8.775	455.849	61.994	116.963	643.581
Saldo em 31/12/2014	8.775	455.849	61.994	116.963	643.581
Construções/Aquisições	12.061	141.815	15.166	40.898	209.940
Saldo em 31/03/2015	20.836	597.664	77.160	157.861	853.521
Saldo em 31/12/2013	-	-	-	-	-
Amortização	(270)	-	-	-	(270)
Saldo em 31/12/2014	(270)	-	-	-	(270)
Amortização	(298)	-	-	-	(298)
Saldo em 31/03/2015	(568)	-	-	-	(568)
Valor residual líquido					
Saldo em 31/12/2014	8.505	455.849	61.994	116.963	643.311
Saldo em 31/03/2015	20.268	597.664	77.160	157.861	852.953
Taxa de amortização	5% a 20%	-	-	-	

(i) Os adiantamentos são representados principalmente por atendimento a cláusula contratual junto à parte relacionada, Construtora Triunfo S.A., no montante de R\$105.874.

(ii) Do montante de ativo intangível em andamento, R\$321.189 são oriundos do contrato de empreitada global entre a Companhia e a Construtora Triunfo S.A.

Como a Companhia tomou emprestados recursos específicos para obter um ativo qualificável particular, os custos dos empréstimos e financiamentos são diretamente atribuíveis ao ativo qualificável que podem ser identificados prontamente. Dessa forma, a Companhia determinou o montante dos custos dos empréstimos e financiamentos elegíveis à capitalização como sendo aqueles efetivamente incorridos sobre tais empréstimos e financiamentos, menos qualquer receita financeira decorrente de investimentos temporários dos recursos tomados.

As referidas capitalizações tiveram início em julho de 2014. No período de três meses findo em 31 de março de 2015, foram capitalizados R\$7.959 (R\$1.987 durante o exercício de 2014).

8. Fornecedores

Tipo de Fornecedor	31/03/2015	31/12/2014
Construção civil	43.156	26.095
Tecnologia da informação e sistemas	6.531	3.950
Serviço de socorro médico e resgate	2.844	1.720
Outros	3.489	2.110
	56.020	33.875

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Arrendamento mercantil

Tipo	Garantia	Indexador	31/03/2015	31/12/2014
Financiamento de veículos – Arrendamento mercantil – Banco Safra	Alienação fiduciária	14,98% a.a.	1.504	1.694
Banco Volkswagen	Alienação fiduciária	17,80% a.a.	147	-
			1.651	1.694
Parcela do circulante			822	674
Parcela do não circulante			829	1.020

10. Outras obrigações

	31/03/2015	31/12/2014
Verba de fiscalização	859	808
Segurança no trânsito	195	1.794
Recursos para Desenvolvimento Tecnológico – RDT	143	1.320
Seguro garantia a pagar	560	-
Outros	4	-
	1.761	3.922

O contrato de concessão prevê o repasse pela Concessionária à ANTT de verbas anuais, com pagamentos mensais, a título de “fiscalização”, para cobertura de despesas nesse processo, “segurança no trânsito”, que será destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal e “recursos para desenvolvimento tecnológico – RDT”, aplicados a projetos e estudos que visem o desenvolvimento tecnológico de acordo com sua regulamentação. Prevê também a realização de seguros para assegurar que as obrigações assumidas no contrato de concessão sejam cobertas caso ocorram prejuízos.

11. Empréstimos e financiamentos

Descrição	31/03/2015	31/12/2014
Empréstimos e financiamentos - BNDES	414.638	308.926
Empréstimos - capital de giro – Banco do Brasil	61.608	-
(-) Despesas de captação	(4.088)	(4.624)
	472.158	304.302
Circulante	472.158	-
Não circulante	-	304.302

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados no contrato, incorridos até a data das informações financeiras intermediárias. Os referidos encargos são apropriados, líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras que excedem o caixa, no intangível, pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente nas obras de melhoria e ampliação da infraestrutura das rodovias BR-060, BR-153 e BR-262 (Nota 7).

Em 28 de julho de 2014, a Companhia obteve a liberação da primeira parcela de recursos do empréstimo-ponte com o BNDES, no montante de R\$300.000 e em 27 de março de 2015 a segunda parcela no montante de R\$100.000. O empréstimo ponte será amortizado em parcela única no dia 15 de janeiro de 2016 ou na data de desembolso da primeira parcela do financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro. Este contrato não possui cláusulas restritivas financeiras, "Covenants".

	Empréstimo aprovado (em milhões de R\$)	Encargos (a.a.)	Garantia
BNDES (empréstimo ponte)	1.060,2	TJLP + 2,00%	Fiança corporativa e/ou bancária, penhor e recebíveis (*)
Banco do Brasil	60	125% do CDI	Fiança corporativa e/ou bancária, penhor e recebíveis (*)

(*) Os recebíveis serão oferecidos como garantias após a entrada em operação das praças de pedágio.

12. Provisão para manutenção

A Companhia registrou provisão para manutenção relativa ao período de 2021 a 2024, descontando a valor presente à taxa interna de retorno de 14,12% a.a., conforme quadro abaixo:

	31/03/2015	31/12/2014
Pavimentação	60.509	48.610
Sinalização	11.352	9.079
Outros	5.299	4.305
	77.160	61.994

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2015 é de R\$380.000 (R\$380.000 subscrito e R\$261.000 integralizado em 31 de dezembro de 2014), representado por 380.000.000 ações ordinárias (261.000.000 ações em 31 de dezembro de 2014), nominativas e sem valor nominal. Conforme previsto no item 24.2.2 do Contrato de Concessão, foi integralizado ao capital social um montante de R\$119.000 no primeiro trimestre de 2015.

b) Lucro por ação

O cálculo básico e diluído de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e conseqüentemente não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	1.015	940
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico e diluído	380.000.000	261.000.000
Lucro básico e diluído por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o período (em R\$)	0,003	0,004

c) Reserva legal

A reserva legal será constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

d) Reserva de retenção de lucros

A Companhia destinou do lucro líquido do exercício de 2014 o montante de R\$8.532 à reserva de retenção de lucros retidos para investimento, com base em orçamento de capital preparado pela Administração.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Receita de construção

A Companhia registrou receita de construção no montante de R\$137.667 dos ativos da concessão medidos e realizados até março de 2015 que contempla 2,6%, a título de margem, sobre os custos de construção incorridos no mesmo período.

15. Custos de construção

Os custos de construção referem-se as medições realizadas e aprovadas até 31 de março de 2015, está assim composto:

	<u>31/03/2015</u>
Pavimentação	71.100
Sistemas de drenagem	4.111
Roçada e poda vegetal	10.567
Elementos de sinalização e proteção	7.058
Duplicação de pista	4.845
Obras de artes especiais	3.420
Sistema de infraestrutura telefônica e radio comunicação	2.418
Edificações operacionais	12.213
Terraplanagem e estruturas de contenção	1.241
Desapropriações para benfeitorias	2.126
Projetos	2.981
Outros	12.095
	<u>134.175</u>

16. Remuneração dos administradores

O Conselho de Administração é composto por quatro membros. Os membros da diretoria executiva não possuem ações da Companhia.

Na Companhia não há plano de bonificação adicional aos honorários dos membros do Conselho de Administração ou da diretoria executiva, ou quaisquer outros benefícios, sendo a remuneração composta unicamente por honorários.

O valor dos honorários pagos a diretoria até 31 de março de 2015 foi de R\$757 sendo R\$390 reconhecidos no resultado (R\$380 em 31 de março de 2014) e R\$367 capitalizados no ativo intangível.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido, em 31 de março de 2015, está assim composto:

	31/03/2015	31/03/2014
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	-	4.389
	-	4.389
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(24)	(964)
Juros diversos	(358)	-
	(382)	3.425
	(382)	3.425

18. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrado em 31 de março de 2015 são demonstrados abaixo:

	31/03/2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.539
Margem de construção do período (diferença temporária)	(3.492)
Base para imposto de renda e contribuição social	(1.953)
Alíquota nominal (IR de 25 % e CS de 9 %)	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	663
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(1.187)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (i)	(524)

(i) Refere-se substancialmente ao imposto de renda e contribuição social diferida passiva sobre a margem de construção, R\$1.187 e imposto de renda e contribuição social diferida ativa R\$663 base negativa da CSLL e prejuízo fiscal.

a) Lei 12.973/2014 (anteriormente denominada "MP 627")

Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pago os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--Continuação

a) Lei 12.973/2014 (anteriormente denominada "MP 627")--Continuação

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido.

Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

A Companhia optou por adotar essa norma a partir de janeiro de 2015.

19. Cobertura de seguros

A Companhia contratou, por força do contrato de concessão, cobertura de seguro na modalidade Seguro Garantia - Fiança com o objetivo de garantir a execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia.

As apólices possuem renovações anuais, sendo consideradas suficientes pela Administração da Companhia para cobrir os riscos inerentes de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "all risks" para danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetistas, maquinários e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avarias de máquinas e perda de receitas, cujas etapas e respectivas coberturas de seguro e prazo de vigência, estão abaixo relacionadas:

Marcos contratuais	Valor da importância segurada	Prazo de vigência
Risco de Responsabilidade Civil, de Engenharia e Operacional	25.700	Fev/15 a Jan/16
Risco de Responsabilidade Civil e de Engenharia	133.600	Fev/14 a Jan/16
Garantia de execução da concessão	400.000	Jan/15 a Jan/16
Risco de Engenharia	2.907.398	Abr/14 a Mar/20

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Compromissos com a concessão

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Concebra assumiu as rodovias com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 5 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia - PER, prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2015	731.236
2016	686.922
2017	1.035.926
2018	1.269.404
2019 até 2044	4.671.906
	<u>8.395.394</u>

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis), postos de serviços de atendimento aos usuários;
- iii) Construção de onze praças de pedágio; e
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, os compromissos previstos no contrato de concessão relativos à verba de fiscalização, segurança no trânsito e recursos para desenvolvimento tecnológico (RDT) perfazem o seguinte montante (valores nominais):

Ano	Verba de fiscalização	Segurança no trânsito	Recurso para desenvolvimento tecnológico	Total
2015	7.244	1.641	1.208	10.093
2016	9.659	2.188	1.610	13.457
2017	9.659	2.188	1.610	13.457
2018	9.659	2.188	1.610	13.457
2019 até 2044	241.471	54.707	40.245	336.423
	<u>277.692</u>	<u>62.912</u>	<u>46.283</u>	<u>386.887</u>

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2015 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Companhia não mantém qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

- i. Aplicações financeiras - são classificadas como equivalentes de caixa.
- ii. Arrendamento mercantil e empréstimos e financiamentos– são mensurados pelo custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, acrescidos dos juros auferidos até a data do balanço. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez.

O Conselho de Administração é responsável por supervisionar a gestão destes riscos.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser relativo às tarifas de pedágio e no valor das suas ações. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de março de 2015 ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda.

a) Risco de taxas de juros

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

b) Risco de preço e valor de mercado

A estrutura tarifária planejada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres) que permite manter o equilíbrio econômico - financeiro do contrato em 14,12% de TIR (Taxa Interna de Retorno).

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de mercado--Continuação

c) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do Governo Federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico - financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distante de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

A geração de caixa futura da Companhia demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER. Consideramos que a Companhia tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber e notas de crédito) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações.

Análise de sensibilidade

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente ao contrato firmado junto ao BNDES que possui taxa fixa de 2% a.a. acrescida da TJLP e empréstimo obtido junto ao Banco do Brasil, com taxa de 125% do CDI.

Os CPC's 38, 39 e 40, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de março de 2015, foram estimados 3 cenários distintos, considerando o volume de financiamento total. Com base nestes montantes consolidados em 31 de março de 2015, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses (Cenário I). À partir do Cenário I (Provável), simulamos acréscimo de 15% (Cenário II) e 25% (Cenário III) sobre as projeções dos índices de correção de cada contrato.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos bem como o fluxo de vencimentos dos contratos programados. A data base utilizada foi 31 de março de 2015, projetando os índices de correção para os próximos 12 meses e avaliando a sensibilidade em cada cenário.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados, apurando-se o impacto nas despesas financeiras no período de um ano, conforme segue:

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
TJPL+2%a.a.	414.638	414.638	414.638
Despesa Financeira Projetada	33.171	36.903	39.391
Variação	-	3.732	6.220
125% do CDI	61.608	61.608	61.608
Despesa Financeira Projetada	8.527	9.806	10.658
Variação	-	1.279	2.132

Os valores justos, demonstrados nos quadros acima partem de uma posição da carteira em 31 de março de 2015, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia.

O ativo financeiro da Companhia está atrelado à variação do CDI. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI, adotando-se a data base de 31 de março de 2015, definimos o Cenário Provável os próximos 12 meses e à partir deste, simulamos variações de 15% (Cenário II) e 25% (Cenário III) sobre as projeções do indexador.

Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Aplicações - CDI	99.450	99.450	99.450
Receita Financeira Projetada	11.218	12.901	14.022
Variação	-	1.683	2.804